

ATA NÚMERO 99/XIII (3.ª)

A vinte e um de novembro de 2017, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- **14H00:** Audição da Professora Doutora Maria Helena Costa Carvalho e Sousa, cooptada, nos termos do n.º 3 do artigo 14.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA, para o Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA.
- **15H00:** Audição, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), sobre o processo de transferência de instalações do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS):
 - José Morais Arnaud e Luís Raposo
- **16H30:** Audiência da Associação Portuguesa de Imprensa, sobre a situação económica e financeira dos *media*, em especial do setor da imprensa:
 - João Palmeiro, Vítor Brás, Carlos Eugénio, Vanessa Silvestre, José Miguel Piçarra, Joao Alves e Almeida e Ricardo Flaminio

II Parte

1. Informações:

- Deram entrada nos serviços da Comissão os relatórios de atividade da Entidade Reguladora para a Comunicação Social respeitantes aos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro, já distribuídos a todos os Senhores Deputados e publicados na página da Comissão;
 - A 27 de outubro de 2017 passou a integrar a Comissão como suplente a Senhora Deputada Constança Urbano de Sousa (PS), cessando funções a Senhora Deputada Francisca Parreira (PS);
 - A Liga Portugal enviou à Comissão o relatório de atividades e contas de 2016/2017, já distribuído a todos os Senhores Deputados;
 - A Autoridade Antidopagem Portugal (ADoP) enviou também à Comissão o documento relativo aos resultados referentes ao ano de 2016, já distribuído a todos os Senhores Deputados;
 - Alterações legislativas registadas no âmbito Lei do Exercício do Direito de Petição/ Novos procedimentos a adotar
2. Apreciação e votação das atas de 25 de outubro e de 7 de novembro de 2017;
3. [Projeto de resolução n.º 1114/XIII \(3.ª\)](#) (PSD) - Recomenda ao Governo que adote as medidas que possam dar resposta ao estado de abandono e de degradação do

Cromeleque dos Almendres, do Menir dos Almendres, Anta Grande do Zambujeiro e Cromeleque Vale Maria do Meio:

- **Discussão na Comissão ou em Plenário?**

4. Fixação da redação final dos seguintes projetos de resolução:
 - [Projeto de resolução n.º 1021/XIII \(2.ª\)](#) – Pela preservação e musealização do Recolhimento de Santa Maria Madalena ou das "Convertidas";
 - [Projeto de resolução n.º 1054/XIII \(2.ª\)](#) – Recomenda ao Governo que, em articulação e com o envolvimento do município de Braga, garanta a preservação, requalificação e valorização do recolhimento de Santa Maria Madalena ou das convertidas, em Braga.
5. Fixação da redação final dos seguintes projetos de resolução:
 - [Projeto de resolução n.º 877/XIII \(2.ª\)](#) - Pela criação de um Museu Nacional da Emigração;
 - [Projeto de resolução n.º 1083/XIII \(3.ª\)](#) — Recomenda ao Governo a criação de um Centro Nacional de Documentação sobre a Emigração Portuguesa;
 - [Projeto de resolução n.º 1096/XIII \(3.ª\)](#) — Recomenda ao Governo a melhoria dos instrumentos de análise e avaliação da situação dos emigrantes portugueses.
6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para a audição, com caráter urgente, dos membros do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, sobre a venda da Media Capital ao Grupo Altice.
7. Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 323/XIII \(2.ª\)](#) - Altera o Regime dos Contratos de Trabalho dos Profissionais de Espetáculos (Terceira alteração à Lei n.º 4/2008, de 7 de fevereiro):
 - Deputado Relator: Pedro Delgado Alves (PS)
8. Apreciação e votação do relatório da proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um quadro para o livre fluxo de dados não pessoais na União Europeia – [COM\(2017\) 495](#):

Deputado Relator: Jorge Campos (BE)
9. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [petição n.º 401/XIII \(3.ª\)](#) – Apresentada por Mário José Afonso Gomes e outros, solicitando que sejam debatidas na Assembleia as práticas jornalísticas nos órgãos de comunicação social públicos:
 - Deputado Relator: Grupo Parlamentar do PSD;

10. Distribuição do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018 – Programa para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática - [COM\(2017\) 650](#):

- Deputado relator(a): a indicar pelo CDS-PP
- Data de apreciação do relatório: 5 de dezembro de 2017

11. Outros assuntos

Data da próxima reunião: 28 de novembro, às 10 horas?

- **14H00:** Audição da Professora Doutora Maria Helena Costa Carvalho e Sousa, cooptada, nos termos do n.º 3 do artigo 14.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA, para o Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA.
- **15H00:** Audição, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), sobre o processo de transferência de instalações do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS):
 - José Morais Arnaud e Luís Raposo
- **16H30:** Audiência da Associação Portuguesa de Imprensa, sobre a situação económica e financeira dos *media*, em especial do setor da imprensa:
 - João Palmeiro, Vítor Brás, Carlos Eugénio, Vanessa Silvestre, José Miguel Piçarra, Joao Alves e Almeida e Ricardo Flaminio

II Parte

12. Informações:

- Deram entrada nos serviços da Comissão os relatórios de atividade da Entidade Reguladora para a Comunicação Social respeitantes aos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro, já distribuídos a todos os Senhores Deputados e publicados na página da Comissão;
- A 27 de outubro de 2017 passou a integrar a Comissão como suplente a Senhora Deputada Constança Urbano de Sousa (PS), cessando funções a Senhora Deputada Francisca Parreira (PS);
- A Liga Portugal enviou à Comissão o relatório de atividades e contas de 2016/2017, já distribuído a todos os Senhores Deputados;
- A Autoridade Antidopagem Portugal (ADoP) enviou também à Comissão o documento relativo aos resultados referentes ao ano de 2016, já distribuído a todos os Senhores Deputados;
- Alterações legislativas registadas no âmbito Lei do Exercício do Direito de Petição/ Novos procedimentos a adotar

13. Apreciação e votação das atas de 25 de outubro e de 7 de novembro de 2017;

14. [Projeto de resolução n.º 1114/XIII \(3.ª\)](#) (PSD) - Recomenda ao Governo que adote as medidas que possam dar resposta ao estado de abandono e de degradação do Cromeleque dos Almendres, do Menir dos Almendres, Anta Grande do Zambujeiro e Cromeleque Vale Maria do Meio:

- **Discussão na Comissão ou em Plenário?**

15. Fixação da redação final dos seguintes projetos de resolução:

- [Projeto de resolução n.º 1021/XIII \(2.ª\)](#) – Pela preservação e musealização do Recolhimento de Santa Maria Madalena ou das "Convertidas";
- [Projeto de resolução n.º 1054/XIII \(2.ª\)](#) – Recomenda ao Governo que, em articulação e com o envolvimento do município de Braga, garanta a preservação, requalificação e valorização do recolhimento de Santa Maria Madalena ou das convertidas, em Braga.

16. Fixação da redação final dos seguintes projetos de resolução:

- [Projeto de resolução n.º 877/XIII \(2.ª\)](#) - Pela criação de um Museu Nacional da Emigração;
- [Projeto de resolução n.º 1083/XIII \(3.ª\)](#) — Recomenda ao Governo a criação de um Centro Nacional de Documentação sobre a Emigração Portuguesa;
- [Projeto de resolução n.º 1096/XIII \(3.ª\)](#) — Recomenda ao Governo a melhoria dos instrumentos de análise e avaliação da situação dos emigrantes portugueses.

17. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para a audição, com caráter urgente, dos membros do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, sobre a venda da Media Capital ao Grupo Altice.

18. Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 323/XIII \(2.ª\)](#) - Altera o Regime dos Contratos de Trabalho dos Profissionais de Espetáculos (Terceira alteração à Lei n.º 4/2008, de 7 de fevereiro):

- Deputado Relator: Pedro Delgado Alves (PS)

19. Apreciação e votação do relatório da proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um quadro para o livre fluxo de dados não pessoais na União Europeia – [COM\(2017\) 495](#):

Deputado Relator: Jorge Campos (BE)

20. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [petição n.º 401/XIII \(3.ª\)](#) – Apresentada por Mário José Afonso Gomes e outros, solicitando que sejam debatidas na Assembleia as práticas jornalísticas nos órgãos de comunicação social públicos:

- Deputado Relator: Grupo Parlamentar do PSD;
21. Distribuição do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018 – Programa para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática - [COM\(2017\) 650](#):

- Deputado relator(a): a indicar pelo CDS-PP
- Data de apreciação do relatório: 5 de dezembro de 2017

22. Outros assuntos

Data da próxima reunião: 28 de novembro, às 11 horas?

I PARTE

Audição da Professora Doutora Maria Helena Costa Carvalho e Sousa, cooptada, nos termos do n.º 3 do artigo 14.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA, para o Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA.

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas vindas à Professora Doutora Maria Helena Costa Carvalho e Sousa, cooptada, nos termos do artigo 14.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA, para o Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA, que começou por fazer uma intervenção inicial que pode ser consultada [aqui](#), tendo depois sido questionada pelos Senhores Deputados Sara Madruga da Costa (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Jorge Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP) que lhe colocaram várias questões sobre o futuro desempenho do seu cargo, tendo a Senhora Professora salientado os seguintes aspectos:

- O modelo criado pelo anterior governo para o Conselho Geral Independente está a ser testado e tem dado provas positivas;
- Importância da RTP Internacional na valorização dos seus novos desafios, sobretudo em termos das exigências das gerações dos novos imigrantes com formação superior;
- Importância da RTP Internacional em termos de promoção e afirmação da cultura e língua portuguesas;
- A importância da estabilidade do modelo de financiamento e da previsibilidade do seu orçamento;
- Papel crucial dos Provedores do Ouvinte e do Telespetador e a necessária articulação que tem de existir entre o CGI e outras estruturas internas e externas da empresa;

- Necessidade de disponibilizar mais serviços em sinal aberto;
- A valorização dos funcionários e colaboradores da empresa, apostando na sua formação e na exigência da sua qualificação;
- Necessidade de a RTP ser uma estrutura reguladora do audiovisual, dando o seu contributo para o bom funcionamento do sistema, e continuar a afirmar-se como um espaço de rigor, verdade e exigência.

A audição foi integralmente **gravada** e será anexa à presente acta, da mesma passando a fazer parte integrante.

Audição, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, sobre o processo de transferência de instalações do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS)

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão, Deputada Edite Estrela, deu as boas-vindas aos representantes da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), José Morais Arnaud e Luís Raposo, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra à Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) para apresentar o requerimento do PCP, que sumariou as questões que lhe estão subjacentes:

- A situação de grande fragilidade em que se encontra o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS) devido à escassez de recursos financeiros, humanos e técnicos;
-
- A mudança abrupta das suas instalações, a necessidade de evitar o surgimento de fungos e bactérias que possam ser prejudiciais a esse património náutico e subaquático e a falta de condições dignas de trabalho;
- O futuro do seu património, do seu espólio, dos seus arquivos e dos seus trabalhadores;
- A salvaguarda das condições de funcionamento das novas instalações de Xabregas;
- A conclusão do prazo de execução do projeto para Xabregas.

Intervieram de seguida os Senhores Deputados Helga Correia (PSD), Hugo Carvalho (PS), Jorge Campos (BE) e Teresa Caeiro (CDS-PP), tendo, em resposta, após cada uma das intervenções, os representantes do CNANS referido, em síntese, o seguinte:

- Na visita que efetuaram em outubro às instalações do CNANS constataram que, em contraste com o caos existente anteriormente, a situação apresentava algumas melhorias, registando-se uma estabilização das obras em curso, sendo que as peças imersas nos tanques já se encontravam em tratamento para mais tarde serem restauradas e recuperadas;

- Sabendo a Administração Central que a sociedade a que o MARL ía pôr fim ao contrato de arrendamento com o CNANS, os seus representantes não percebem por que razão é que a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) não arranhou uma alternativa;
- Falta de capacidade da DGPC para cumprir as suas obrigações no que toca ao património arqueológico, registando-se um total desmantelamento das estruturas de investigação, preservação e divulgação do património arqueológico em Portugal;
- Apesar de não estar prevista no Orçamento do Estado para 2018 qualquer verba específica para este efeito, o Governo anunciou que até 15 de outubro o concurso público para a execução das obras de adaptação do edifício de Xabregas estaria lançado e a intervenção concluída até ao final do primeiro semestre do próximo ano, o que não veio a acontecer; apesar das boas intenções transmitidas;
- O serviço de arqueologia subaquática apenas dispõe de quatro técnicos, o que é claramente insuficiente, não tendo a DGPC qualquer capacidade operacional e horizonte estratégico;

Na segunda ronda intervieram os Senhores Deputados Ana Mesquita (PCP), Helga Correia (PSD), Hugo Carvalho (PS), Jorge Campos (BE) e Teresa Caeiro (CDS-PP), que colocaram algumas questões, após o que os representantes do CNANS responderam em bloco ao conjunto das questões colocadas, tendo de seguida a Senhora Presidente dado por encerrada a audição.

A gravação vídeo encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

Audiência da Associação Portuguesa de Imprensa (API), sobre a situação económica e financeira dos *media*, em especial do setor da imprensa

Dando início à audiência, a Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas ao Presidente da Associação Portuguesa de Imprensa e à restante delegação, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando-lhe de seguida a palavra para fazer uma intervenção inicial.

O Senhor Presidente da Associação Portuguesa de Imprensa começou por fazer a entrega de dois documentos à Comissão,

- VISAPRESS, *Direitos de autor protegidos*;
- *Publicações Cenenárias Portuguesas*, após o que se reportou aos graves problemas que atravessa o sector da imprensa em Portugal.

que podem ser consultados [aqui](#), sublinhando de seguida, entre outros, os seguintes aspetos:

Do XIII Congresso da Imprensa Portuguesa, que teve lugar recentemente em Aveiro e onde estiveram representados cerca de 200 títulos, resultaram duas conclusões fundamentais: a primeira respeitante à necessidade de existir um «balcão único» para

que este setor possa dialogar com o Governo sobre todas as políticas de comunicação social (e, a este respeito, deu o exemplo do Conselho de Imprensa, que existiu até à extinção do Gabinete dos Meios de Comunicação Social) e, dessa forma, procurar acabar com todos os vícios da regulação em Portugal; a segunda relativa à necessidade de ser cumprida estrita e escrupulosamente a legislação respeitante à publicidade institucional do Estado, que necessita de ser alterada. Lembrou, a este propósito, os investimentos do Estado em publicidade relativos aos anos de 2015 e 2016, que foram pura e simplesmente inexistentes.

Intervieram de seguida os Senhores Deputados Susana Lamas (PSD), Hugo Carvalho (PS), Jorge Campos (BE) e Teresa Caeiro (CDS-PP), tendo, em resposta após cada uma das intervenções, o Presidente da Associação Portuguesa de Imprensa focado os seguintes aspetos:

- A necessidade de alterar o Código dos Contratos Públicos no sentido de estender a obrigatoriedade de publicação das ofertas em sites aglomeradores dos concursos e das ofertas públicas aos sites dos jornais;
- A Associação Portuguesa de Imprensa manifestou já a sua preocupação quanto à compra da dona da TVI pela Altice, designadamente no que respeita à neutralidade da rede, na medida em quando um operador de telecomunicações é também proprietário de um produtor de conteúdos é preocupante se esse mesmo operador tiver a possibilidade de dar a esses conteúdos condições tecnológicas e técnicas que permitam a criação de desequilíbrios em termos de concorrência;
- O Regulamento Geral de Proteção de Dados, que entra em vigor em 25 de maio, prevê um tratamento especial da proteção de dados para fins jornalísticos através da conciliação da lei de proteção de dados pessoais com o direito à liberdade de expressão e de informação, incluindo o tratamento para fins jornalísticos, de forma a se poder atingir uma conciliação que defenda o pluralismo, a diversidade e a liberdade de imprensa. Nesse sentido, torna-se necessário, de acordo com o estabelecido no Regulamento da União Europeia, elaborar legislação específica para a actividade jornalística, em consonância com o que estipula a Constituição da República e a legislação portuguesa em vigor;
- A necessidade de serem criadas linhas de crédito bonificadas que permitam equilibrar a situação financeira das empresas editoras de publicações periódicas, compensando as exigências conjunturais do sector financeiro, a manutenção e o crescimento dos volumes de exportação de produção informativa e a continuação de projetos de investimento em curso e em carteira;
- A necessidade de alterar profundamente o paradigma da comunicação social;
- A necessidade de convergência entre as edições impressas e as edições on line, de forma a conseguir manter os leitores mais velhos, mas também conquistar os mais novos, criando-se conteúdos que gerem receitas e conquistem leitores;

A documentação da audiência, incluindo a gravação vídeo, encontram-se disponível na [página internet da Comissão](#).

II PARTE

1. Informações

Entrando na primeira parte deste ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu conta da entrega na Comissão dos relatórios de atividade da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (maio, junho, julho, agosto e setembro), bem como do relatório de atividades e contas de 2016/2017 da Liga Portugal, já distribuídos a todos os Senhores Deputados e publicados na página da Comissão.

A Autoridade Antidopagem Portugal (ADoP) enviou também à Comissão o documento relativo aos resultados referentes ao ano de 2016, já distribuído a todos os Senhores Deputados.

Deu também conta do documento já distribuído relativo às alterações legislativas recentemente introduzidas no âmbito Lei do Exercício do Direito de Petição.

Informou também que a 27 de outubro de 2017 a Senhora Deputada Constança Urbano de Sousa (PS) passou a integrar a Comissão como suplente, cessando funções a Senhora Deputada Francisca Parreira (PS).

2. Apreciação e votação das atas de 25 de outubro e de 7 de novembro de 2017

As atas foram aprovadas por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. [Projeto de resolução n.º 1114/XIII \(3.ª\)](#) (PSD) - **Recomenda ao Governo que adote as medidas que possam dar resposta ao estado de abandono e de degradação do Cromeleque dos Almendres, do Menir dos Almendres, Anta Grande do Zambujeiro e Cromeleque Vale Maria do Meio**

A Senhora Presidente deu conta da baixa à Comissão do projeto de resolução n.º 1114/XIII (3.ª), tendo a Senhora Deputada Susana Lamas (PSD) informado que a sua discussão seria feita em Plenário.

4. **Fixação da redação final dos [projetos de resolução n.º 1021/XIII \(2.ª\)](#) – Pela preservação e musealização do Recolhimento de Santa Maria Madalena ou das "Convertidas" – e [n.º 1054/XIII \(2.ª\)](#) – Recomenda ao Governo que, em articulação e com o envolvimento do município de Braga, garanta a preservação, requalificação e valorização do recolhimento de Santa Maria Madalena ou das convertidas, em Braga.**

A redação final foi fixada por unanimidade com os votos a favor do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

5. Fixação da redação final dos projetos de resolução n.º 877/XIII (2.ª) - Pela criação de um Museu Nacional da Emigração -, n.º 1083/XIII (3.ª) — Recomenda ao Governo a criação de um Centro Nacional de Documentação sobre a Emigração Portuguesa - e n.º 1096/XIII (3.ª) — Recomenda ao Governo a melhoria dos instrumentos de análise e avaliação da situação dos emigrantes portugueses.

A pedido do Grupo Parlamentar do PS, a fixação da redação final destas iniciativas foi adiada para a próxima reunião da Comissão para que o mesmo Grupo Parlamentar possa apresentar uma redação alternativa à apresentada pela DAPLEN.

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para a audição, com caráter de urgência, dos membros do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, sobre a venda da Media Capital ao Grupo Altice

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) usou da palavra para fazer a apresentação do requerimento do Grupo Parlamentar do BE afirmando que a venda da Media Capital ao Grupo Altice representa uma perigosa operação de concentração na comunicação social portuguesa e cujo negócio envolve a maior produtora de conteúdos televisivos em Portugal, o canal líder de audiências, o operador de telecomunicações líder em vários mercados e a responsável pela Televisão Digital Terrestre.

No parecer que enviou à Autoridade da Concorrência, a ANACOM considera que a operação é «suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva nos vários mercados de comunicações eletrónicas, com prejuízo em última instância para o consumidor final», concluindo que a operação «não deverá ter lugar nos termos em que foi proposta».

A entidade responsável pela regulação das telecomunicações considera ainda que existem indícios de que a empresa resultante da concentração terá «capacidade e incentivo» para proceder ao encerramento do acesso das operadoras concorrentes aos seus conteúdos e do acesso de outros canais às suas plataformas.

Na sequência do parecer da ANACOM, os serviços técnicos e jurídicos da ERC elaboraram um parecer igualmente negativo. Esse parecer tinha de ser votado por unanimidade pelos três membros em funções, o que não veio a acontecer. Para o Grupo Parlamentar do BE é inexplicável o voto do Presidente do Conselho Regulador, Carlos Magno, que impediu a aprovação do parecer e permitiu a continuação de um negócio que coloca em causa os princípios de pluralidade e diversidade definidos nos estatutos da própria ERC.

A Senhora Presidente usou da palavra para relembrar que no próximo dia 27 de novembro vai ser feita uma nova tentativa de eleição dos candidatos à ERC, depois de em outubro estes não terem conseguido obter os dois terços necessários para serem eleitos. Nesse sentido, oportunamente a Comissão deliberaria acerca do agendamento desta audição proposta pelo Grupo Parlamentar do BE.

Passando à sua votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7. Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 323/XIII \(2.ª\)](#) - Altera o Regime dos Contratos de Trabalho dos Profissionais de Espetáculos (Terceira alteração à Lei n.º 4/2008, de 7 de fevereiro)

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) fez a apresentação do parecer da referida iniciativa legislativa, que, uma vez, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

8. Apreciação e votação do relatório da proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um quadro para o livre fluxo de dados não pessoais na União Europeia – [COM\(2017\) 495](#):

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) fez a sua apresentação, tendo depois a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) solicitado a palavra para transmitir que o seu Grupo Parlamentar iria abster-se na votação uma vez que tinha muitas dúvidas quanto ao funcionamento do mercado único digital e ao controlo de dados em circulação.

Uma vez submetido à votação, o relatório foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, PS e BE e a abstenção dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do PCP.

9. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [petição n.º 401/XIII \(2.ª\)](#) – Apresentada por Mário José Afonso Gomes e outros, solicitando que sejam debatidas na Assembleia da República as práticas jornalísticas nos órgãos de comunicação social públicos

A pedido do Grupo Parlamentar do PCP, a apreciação deste ponto ficou adiada para a próxima reunião da Comissão.

10. Distribuição do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018 – Programa para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática - [COM\(2017\) 650](#)

Cabendo ao Grupo Parlamentar do CDS-PP a elaboração do respetivo relatório, foi indicada a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva como sua relatora, tendo o mesmo de ser apreciado na reunião da Comissão do dia 5 de dezembro de 2017.

11. Outros assuntos

Não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente deu conta que a próxima reunião da Comissão teria lugar no dia 28 de novembro, às 11 horas.

A reunião foi encerrada às 18 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Palácio de São Bento, 21 de novembro de 2017

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade na reunião de de novembro de 2017.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Firmino Pereira
Helga Correia
Hugo Carvalho
Ivan Gonçalves
João Pinho de Almeida
João Torres
Joel Sá



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Jorge Campos
Norberto Patinho
Pedro Delgado Alves
Pedro do Ó Ramos
Pedro Pimpão
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Ana Mesquita
Constança Urbano de Sousa
Margarida Balseiro Lopes
Maria Augusta Santos
Palmira Maciel
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa
Joana Barata Lopes
Luís Monteiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Azevedo Castro